

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 7.304, DE 2002

Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de colete à prova de balas aos policiais militares e civis dos Estados e do Distrito Federal.

**Autor:** Deputado CABO JÚLIO

**Relator:** Deputado EDMAR MOREIRA

### I - RELATÓRIO

1. O projeto de lei sob exame tem em mira tornar obrigatório o fornecimento de colete à prova de balas aos policiais, militares e civis, dos Estados e do Distrito Federal, quando em atividades externas de patrulhamento ou no atendimento a ocorrências que possam colocar em risco a sua integridade física (**art. 1º**), dispondo, o **art. 2º**, que as despesas decorrentes corram a conta de destinações orçamentárias repassadas pela União.

O Autor da proposição considera que

*“Quando em atividade de patrulhamento ou no atendimento a determinadas ocorrências, os policiais militares correm, muitas vezes, graves e desnecessários riscos a sua integridade física e vital.*

*Além disso, como a atividade policial é um trabalho, cuja eficiência depende, também, da segurança do trabalhador, a adoção de equipamentos apropriados contribui para que essa autoridade possa cumprir sua missão de proteger a sociedade com mais tranquilidade e eficiência.*

*O mesmo se aplica aos policiais civis, quando envolvidos em atividades externas de investigação ou quando devam efetuar prisões.”*

2. Submetido à COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLÊNCIA E NARCOTRÁFICO, foi o PL aprovado, com **emenda**, nos termos do parecer do Relator, Deputado ALBERTO FRAGA, que apresentou **complementarão de voto**.

Ressalta do parecer:

*“O colete à prova de balas se constitui em um equipamento de proteção individual. Ora, equipamentos com essa classificação têm o seu fornecimento obrigatório pelas organizações àqueles que lhes prestam serviços em atividades de risco.*

*Como saltam aos olhos os permanentes riscos a que são submetidos os policiais nos seus misteres dia-a-dia, nada mais justo do que fazer com que a obrigatoriedade do fornecimento do colete à prova de balas, equipamento de proteção individual que é, alcance também os governos dos Estados e do DF, permitindo maior eficiência aos seus policiais, que poderão agir com maior segurança.*

*Afora isso, há de se cogitar uma significativa redução das despesas dos cofres públicos com hospitalizações, funerais e pensões por morte ou incapacidade física. E, o mais importante de tudo, o maior de todos os argumentos: melhores condições para a proteção da vida e da integridade física de seres humanos envolvidos no combate à criminalidade.*

*Cabe observar que, independentemente da obrigatoriedade legal aqui proposta, várias unidades da federação já fornecem este tipo de proteção aos seus policiais, o que inequivocamente, reforça a argumentação em favor da proposição ora apresentada.”*

3. Acolhendo sugestões oferecidas no âmbito dessa Comissão, o Relator ofereceu a seguinte **emenda**, também aprovada, dando ao **art. 1º** do PL nova redação, substituindo a alternativa “ou” por “e”.

**“Art. 1º É obrigatório o fornecimento de colete à prova de balas aos policiais militares e civis dos Estados e do Distrito Federal quando em atividades externas de patrulhamento e no atendimento de ocorrências que possam colocar em risco a integridade física da autoridade policial.”**

4. A COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, concluiu, unanimemente, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do PL e emenda da COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLÊNCIA E NARCOTRÁFICO, nos moldes do parecer do Relator, Deputado FÉLIX MENDONÇA, tendo os Deputados JOSÉ PIMENTEL e PAULO RUBENS SANTIAGO apresentado VOTO EM SEPARADO.

5. Destaca-se do **voto principal**:

*“A Lei Complementar nº 101/2000 – LRF – determina, em seu art. 17, que o ato que criar despesa obrigatória de caráter continuado deverá ser instruído de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, e de comprovação acerca da não-afetação do cumprimento das metas fiscais.*

*Em princípio, poder-se-ia afirmar que a proposição em exame não resistiria às condições do art. 17 da LRF, visto que, formalmente, não atende a nenhuma das restrições mencionadas.*

*No entanto, tais exigências precisam ser consideradas a partir de uma interpretação finalística da LRF. Segundo preceitua seu art. 1º, a LRF tem o objetivo de estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, entendida esta responsabilidade como a “ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios incapazes de afetar o equilíbrio das contas públicas”. Depreende-se, dessa forma, que somente as ações que possam afetar o equilíbrio das contas públicas devem estar sujeitas às exigências da citada lei complementar.*

*Nesse sentido, proposições que tenham impacto orçamentário e financeiro pouco significativo, como a ora tratada, não se sujeitariam ao disposto no art. 17 da LRF, já que não representam qualquer risco à obtenção dos resultados fiscais definidos nas peças orçamentárias.”*

**6. O voto em separado** dos Deputados JOSÉ PIMENTEL e PAULO RUBENS SANTIAGO, observa que:

*“Ao cumprimento do disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade fiscal é exigido que a proposição deve ser acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício inicial de sua vigência e nos dois anos seguintes, assim como sua compatibilidade com o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.*

*O projeto implica em aumento de despesa fiscal sem apresentar estimativas dos impactos orçamentário-financeiros. Diante do exposto, só cabe enquadrar a proposição como **inadequada** e **incompatível** do ponto de vista orçamentário e financeiro.*

*Em vista do exposto, votamos pela incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira do PL nº 7.304-A, de 2002.”*

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

1. A competência da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA abrange o exame de **projetos, emendas e substitutivos** submetidos à Câmara ou suas Comissões, sob o ângulo da **constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa**, nos termos do **art. 32**, inciso **IV**, alínea **a**, do Regimento Interno.

2. A proposição tem por objetivo o fornecimento obrigatório de **coletes** à prova de balas, aos **policiais militares e civis**, dos **Estados e Distrito Federal**, cujas despesas ficarão a cargo de repasses orçamentários da União a estes entes federativos.

3. Ainda que o PL preveja que as despesas decorrentes da adoção da medida corram a conta de recursos transferidos pela União aos Estados e Distrito Federal, a **inconstitucionalidade** é flagrante, eis que interfere no uso desses recursos pelas entidades federativas, violando, além disso, o disposto no **art. 18** da Constituição Federal, que reconhece **autonomia** aos Estados, Distrito Federal e Municípios:

*“Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, **todos autônomos**, nos termos desta Constituição*

*.....”*

4. Nestas condições, reconhecida a **inconstitucionalidade** do PL, em cotejo com o **art. 18** da Lei Maior, o voto é nesse sentido, bem como no que se refere à **emenda** da COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLÊNCIA E NARCOTRÁFICO, prejudicadas as demais análises previstas regimentalmente.

Sala da Comissão, em            de            de 2005.

Deputado EDMAR MOREIRA  
Relator